

seguintes informações relativas às entidades credenciadoras credenciadas:

a) As decisões proferidas pela Autoridade Nacional de Segurança relativas à atribuição da credenciação, sua renovação e revogação, com indicação das datas em que as mesmas foram proferidas e publicadas na 2.ª série do *Diário da República*;

b) Indicação de que a credenciação se encontra caducada, respectiva data e referência à publicação na 2.ª série do *Diário da República*;

c) Identificação dos organismos de certificação que emitiram certificados de conformidade e número dos respectivos certificados.

Artigo 10.º

Publicidade

A Autoridade Nacional de Segurança organiza e mantém um registo no respectivo sítio na Internet que garanta a publicidade das informações relativas às entidades credenciadoras que exercem a actividade relacionada com a emissão de certificados qualificados.

Artigo 11.º

Norma revogatória

É revogada a Portaria n.º 1350/2004, de 23 de Outubro.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*, em 1 de Junho de 2009.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA JUSTIÇA

Portaria n.º 598/2009

de 4 de Junho

Com a aprovação da Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto (a nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais — LOFTJ), previu-se que a implementação da reforma do mapa judiciário ficasse sujeita a um período experimental, no âmbito do qual a aplicação da nova matriz territorial e do novo modelo de gestão dos tribunais ficará circunscrita a três comarcas piloto: Alentejo Litoral, Baixo Vouga e Grande Lisboa Noroeste.

Para uma óptima implementação da reforma durante o período experimental, cujo início está previsto para 14 de Abril de 2009, tornou-se necessário proceder a uma extensa tarefa de reconversão e criação dos novos tribunais de comarcas e respectivos juízos, tarefa esta que foi levada a cabo pelo Decreto-Lei n.º 25/2009, de 26 de Janeiro, que procedeu à instalação das comarcas piloto.

Com a aprovação do diploma de instalação das comarcas piloto ficou definitivamente fixada a composição dos respectivos tribunais e juízos, tendo ficado também definidos os novos mapas de magistrados judiciais e do Ministério Público.

Por outro lado, com a aprovação da Portaria n.º 170/2009, de 17 de Fevereiro, ficaram também fixados os quadros de pessoal das secretarias dos novos juízos.

Contudo, nos termos do disposto nos artigos 83.º e 84.º da LOFTJ, está prevista a criação, em cada comarca, de Gabinetes de Apoio aos Magistrados Judiciais e aos Magistrados do Ministério Público. O regime jurídico e a composição dos referidos Gabinetes foram já definidos pelo Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de Janeiro — diploma que procedeu à regulamentação, com carácter experimental, da nova LOFTJ —, restando, agora, proceder à fixação do quadro de cada Gabinete, a instalar nas comarcas piloto.

Assim:

Ao abrigo do disposto nos artigos 83.º, n.º 4, e 84.º, n.º 4, da Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Justiça, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

A presente portaria procede à fixação do quadro de pessoal dos Gabinetes de Apoio aos Magistrados Judiciais e dos Gabinetes de Apoio aos Magistrados do Ministério Público das comarcas piloto do Alentejo Litoral, Baixo Vouga e Grande Lisboa Noroeste.

CAPÍTULO II

Gabinetes

Artigo 2.º

Gabinetes de Apoio aos Magistrados Judiciais

O quadro de pessoal dos Gabinetes de Apoio aos Magistrados Judiciais das comarcas piloto do Alentejo Litoral, Baixo Vouga e Grande Lisboa Noroeste é o constante do anexo I à presente portaria, da qual faz parte integrante.

Artigo 3.º

Gabinetes de Apoio aos Magistrados do Ministério Público

O quadro de pessoal dos Gabinetes de Apoio aos Magistrados do Ministério Público, a instalar nas comarcas piloto do Alentejo Litoral, Baixo Vouga e Grande Lisboa Noroeste, é o constante do anexo II à presente portaria, da qual faz parte integrante.

CAPÍTULO III

Disposições finais

Artigo 4.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da respectiva publicação.

Em 18 de Maio de 2009.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

ANEXO I

Gabinetes de Apoio aos Magistrados Judiciais

Comarca do Alentejo Litoral — dois especialistas.
 Comarca do Baixo Vouga — quatro especialistas.
 Comarca da Grande Lisboa Noroeste — quatro especialistas.

ANEXO II

Gabinetes de Apoio aos Magistrados do Ministério Público

Comarca do Alentejo Litoral — dois especialistas.
 Comarca do Baixo Vouga — quatro especialistas.
 Comarca da Grande Lisboa Noroeste — quatro especialistas.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Portaria n.º 599/2009

de 4 de Junho

Pela Portaria n.º 1221/2003, de 20 de Outubro, foi renovada a zona de caça turística de Vale de Asna (processo n.º 807-AFN), situada no município de Montemor-o-Novo, concessionada à SOCATURA — Sociedade de Caça e Turismo do Alentejo, L.^{da}, e válida até 13 de Julho de 2009.

Entretanto, pela Portaria n.º 85/2008, de 25 de Janeiro, foi a presente concessão transmitida para Maria Teresa Correia Martins Caiado Bolas e a entidade concessionária veio requerer a sua renovação.

Cumpridos os preceitos legais, com fundamento no disposto no artigo 48.º, em conjugação com o estipulado na alínea a) do artigo 40.º e no n.º 1 do artigo 118.º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a actual redacção:

Manda o Governo, pelos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é renovada, por um período de 12 anos, renovável automaticamente por dois períodos iguais, a concessão desta zona de caça, abrangendo vários prédios rústicos sítos na freguesia de São Cristóvão, município de Montemor-o-Novo, com a área de 1042 ha.

2.º A concessão de alguns terrenos agora anexados incluídos em área classificada poderá terminar, sem direito a indemnização, sempre que sejam introduzidas novas condicionantes por planos especiais de ordenamento do território ou obtidos dados científicos que determinem a incompatibilidade da actividade cinegética com a conservação da natureza, até um máximo de 10% da área total da zona de caça.

3.º A presente portaria produz efeitos a partir do dia 14 de Julho de 2009.

Pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*, Secretário de Estado do Ambiente, em 25 de Maio de 2009. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Ascenso Luís Seixas Simões*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, em 26 de Maio de 2009.

Portaria n.º 600/2009

de 4 de Junho

Pela Portaria n.º 306/2003, de 14 de Abril, alterada pela Portaria n.º 402/2008, de 6 de Junho, foi concessionada à Associação de Caçadores Perdizes Vermelhas a zona de caça associativa do Chocalinho (processo n.º 3298-AFN), situada no município de Odemira, válida até 14 de Abril de 2009.

Entretanto, a entidade concessionária veio requerer a sua renovação.

Cumpridos os preceitos legais, com fundamento no disposto no artigo 48.º, em conjugação com o estipulado na alínea a) do artigo 40.º e no n.º 1 do artigo 118.º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a actual redacção:

Manda o Governo, pelos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é renovada, por um período de seis anos, renovável automaticamente por um único e igual período, a concessão desta zona de caça, abrangendo vários prédios rústicos sítos nas freguesias de Salvador e Santa Maria, município de Odemira, com a área de 458 ha.

2.º A concessão de terrenos incluídos em áreas classificadas poderá terminar, sem direito a indemnização, sempre que sejam introduzidas novas condicionantes por planos especiais de ordenamento do território ou obtidos dados científicos que comprovem a incompatibilidade da actividade cinegética com a conservação da natureza, até um máximo de 10% da área total da zona de caça.

3.º A presente portaria produz efeitos a partir do dia 15 de Abril de 2009.

Pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*, Secretário de Estado do Ambiente, em 25 de Maio de 2009. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Ascenso Luís Seixas Simões*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, em 26 de Maio de 2009.

Portaria n.º 601/2009

de 4 de Junho

Pela Portaria n.º 781/2002, de 2 de Julho, foi concessionada ao Clube de Caça e Pesca do Espargal a zona de caça associativa do Espargal (processo n.º 2885-AFN), situada no município de Loulé.

A concessionária requereu agora a anexação à referida zona de caça de outros prédios rústicos.

Assim:

Com fundamento no disposto no artigo 11.º, na alínea a) do artigo 40.º e no n.º 1 do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a actual redacção e ouvido o Conselho Cinegético Municipal:

Manda o Governo, pelos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º São anexados à presente zona de caça vários prédios rústicos sítos na freguesia de Alte, município de Loulé, com a área de 93 ha, ficando a mesma com a área total de 1578 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º A concessão de terrenos incluídos em áreas classificadas poderá terminar, sem direito a indemnização,